

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA – GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Boletim Informativo

Boletim Informativo

N.º 03/2017/2018

REUNIÃO:

ORDINÁRIA DE

29/09/2017

SETEMBRO DE 2017

Presenças:

Presidente

- Procurador-Geral da República, Óscar Silva Tavares;

Vogais

- Membros eleitos pela Assembleia Nacional, Dras. Edelfride de Santa Filomena Sousa Barbosa Almeida e Raquel Odete Fortes;
- Membro designado pelo Governo, Dr. António Varela Semedo;
- Membros eleitos pelos seus pares, Drs. Felisberto Ho Chi Min Varela Robalo e Nilton Jorge da Costa Moniz.

Secretário

- Secretariou a sessão a Oficial de Justiça Dra. Itaulinda Rodrigues Lopes, Secretária Ad hoc.

SUMÁRIO:

1. Aprovação da ordem do dia;
2. Exposição de assuntos que os vogais entendam pertinente;
3. Análise e aprovação dos projectos do Curso de promoção de acesso às categorias de Secretários e Escrivão de Direito;
4. Aprovação de adenda da proposta do orçamento do ano de 2018 respeitante ao subsídio de exclusividade do Pessoal Oficial de Justiça;
5. Análise e apreciação do Relatório e Processo de Inspeção n.º 7/2016/2017 respeitante à Procuradora da República colocada na Procuradoria da República da Comarca da Praia;

6. Homologação do Relatório final do Júri do concurso para a criação de uma bolsa de competências de Pessoal Oficial de Justiça, na categoria de Oficial de Diligências;
7. Apreciação da proposta da autorização legislativa ao governo para aprovar o Código de Execução das Sanções Penais Condenatória;
8. Apreciação da comunicação formulada pelo Procurador da República do Tarrafal respeitante à fuga de detido;
9. Matérias para conhecimento (02 docs).

1. APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA

A agenda de trabalhos foi aprovada por unanimidade dos presentes.

2. EXPOSIÇÃO DE ASSUNTOS QUE OS VOGAIS ENTENDAM PERTINENTE

Atividades desenvolvidas pelo Ministério Público desde a última reunião:

- Empossamento do técnico superior que foi recrutado para o serviço de tradução, considerando as funções de autoridade central da PGR no âmbito da cooperação jurídica e judiciária internacional;
- Reunião do Presidente do CSMP e técnicos do SATA com a diretora nacional e técnicos da Direcção Nacional de Orçamento e Contabilidade Pública do Ministério das Finanças para discussão das propostas de orçamento da PGR e do CSMP para o ano económico de 2018 que foram aprovadas pelo CSMP;
- Hoje será empossado o Inspector nomeado pelo CSMP Dr. Arlindo Figueiredo e Silva;
- Segundo informações recebidas da Senhora Ministra da Justiça e Trabalho foi aprovada no Conselho de Ministros a proposta de alteração da LOMP que deverá ser enviada à Assembleia Nacional, sendo que as alterações acolhidas foram as mínimas de modo a permitirem a instalação dos departamentos.

3. ANÁLISE E APROVAÇÃO DOS PROJECTOS DO CURSO DE PROMOÇÃO DE ACESSO ÀS CATEGORIAS DE SECRETÁRIOS E ESCRIVÃO DE DIREITO

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

- Alterar a data de início do curso do dia 02 de outubro para o dia 09 do mesmo mês, por questões logísticas, tendo o referido curso a duração de 3 (três) semanas;
- A nomeação do secretário da PGR José Miguel Pina Cardoso como coordenador pedagógico do curso;
- Aprovar o projecto do curso.

4. APROVAÇÃO DE ADENDA DA PROPOSTA DO ORÇAMENTO DO ANO DE 2018 RESPEITANTE AO SUBSÍDIO DE EXCLUSIVIDADE DO PESSOAL OFICIAL DE JUSTIÇA

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

Aprovar a adenda à proposta de orçamento de modo a incluir o subsídio de exclusividade dos Oficiais de Justiça que não se encontrava previsto no orçamento, considerando igualmente o novo enquadramento que decorrerá das promoções, na sequência do curso aprovado.

5. ANÁLISE E APRECIACÃO DO RELATÓRIO E PROCESSO DE INSPECÇÃO N.º 7/2016/2017 RESPEITANTE A PROCURADORA DA REPÚBLICA, COLOCADA NA PROCURADORIA DA REPÚBLICA DA COMARCA DA PRAIA

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

Considerando o relatório de inspeção, a resposta ao relatório apresentada pela magistrada inspeccionada e a informação final do Serviço de Inspeção sobre a resposta da inspeccionada, integralmente reproduzidos, a análise e ponderação crítica de todos os elementos recolhidos no decurso da inspeção, o trabalho desenvolvido, a qualidade técnica e jurídica das mesmas e os resultados alcançados, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 23.º, 24.º, 25.º n.º 1 al. c), 2, 3 e 4 da Lei n.º 85/VIII/2015, de 6 de Abril e artigos 19.º, 20.º, 26.º n.º 2 e 29.º do Regulamento de Inspeção aprovado pela Deliberação n.º 7/CSMP/2015-16, de 27 de Novembro de 2015 e publicada no Boletim Oficial, II Série n.º 63, de 23 de Dezembro, avaliar o mérito da magistrada.

Registe-se e notifique-se conforme Deliberação nº7 /P.Insp/CSMP/2017/2018.

6. HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DO JÚRI DO CONCURSO PARA A CRIAÇÃO DE UMA BOLSA DE COMPETÊNCIAS DE PESSOAL OFICIAL DE JUSTIÇA, NA CATEGORIA DE OFICIAL DE DILIGÊNCIAS

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

- Aprovar o relatório final do Júri do concurso para a criação de uma bolsa competências do Pessoal Oficial de Justiça, na categoria de Oficial de Diligências e homologar a lista de classificação final;
- Agradecer o trabalho realizado pelo júri, secretariado e formadores, e conceder aos membros do júri e secretariado uma gratificação pelo trabalho realizado nos moldes dos anteriormente praticados pelo CSMP e autorizar o pagamento dos formadores pelos serviços prestados e bem como todas as despesas do curso;

- O pagamento de uma compensação ao Liceu Domingos Ramos pela cedência das salas, considerando o valor de referência de aluguer de salas e a disponibilidade financeira;
- Socorrer dessa bolsa de competências para o recrutamento de quatro oficiais de diligências ainda no decurso de 2017 para substituírem dois oficiais de justiça, que foram recrutados como Procuradores da República Assistente e que se encontravam colocados nas secretarias das Procuradorias da República de Santa Cruz e São Vicente, um que se encontra de licença de longa duração e outro que foi autorizado a ser nomeado em comissão de serviço na secretaria do Tribunal Constitucional .
- 7. APRECIÇÃO DA PROPOSTA DA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA AO GOVERNO PARA APROVAR O CÓDIGO DE EXECUÇÃO DAS SANÇÕES PENAS CONDENATÓRIA

O Conselho Superior do Ministério Público concordou com a iniciativa de aprovação de um novo código de execução das sanções criminais, todavia, reserva o direito de melhor pronunciar e apresentar sugestões aquando da apresentação da proposta de projecto de lei de execução das sanções criminais.

8. APRECIÇÃO DA COMUNICAÇÃO DO DESPACHO FORMULADO PELO PROCURADOR DA REPÚBLICA DO TARRAFAL RESPEITANTE À FUGA DO DETIDO

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

Remeter a comunicação ao CSMJ, entidade com competência na gestão e disciplina dos recursos humanos dos tribunais.

9. MATÉRIAS PARA CONHECIMENTO

- Moção da Assembleia Municipal do Sal visando a segurança de pessoas e bens do Sal;
- Acórdão do STJ na qual se confirma a suspensão, *ope legis*, da deliberação do CSMP que aplicou pena disciplinar a Procurador da República.